

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 6ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1980.

As nove horas do dia 15 de dezembro de 1980, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, FRANCISCO SERRANO NEVES, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, NEGI CALIXTO, ANTONIO ZAPPALÁ, HEBER SOARES VARGAS, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, ALCEU MORAES ALMEIDA, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, NABOR CÉSAR SIQUEIRA, EVERARDO DA CUNHA LUNA e JOSÉ SIQUEIRA SILVA. Em ASSUNTOS GERAIS, o Senhor Presidente informou ao plenário das atividades desenvolvidas pelo CNPP, no período compreendido entre 14 de novembro a 15 de dezembro de 1980, a seguir discriminadas: 1) No próximo mês de janeiro o CNPP receberá da Comissão que elaborou a revisão do Código de Processo Penal, o projeto já concluído, a fim de que o mesmo seja encaminhado ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça. 2) Através da O.I. - nº 01/80, foi constituída comissão para apreciar os Planejamentos de Trabalho do CNPP, bem como adequá-los a uma previsão orçamentária que deverá suportar o andamento dos objetivos do CNPP-MJ. São Componentes da mencionada Comissão, os doutores: ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, NABOR CÉSAR SIQUEIRA, JASON SOARES ALBERGARIA e JARBAS FIDÉLIS DE SOUZA. 3) Pela Ordem Interna nº 02/80, foi constituída comissão para o aprimoramento da legislação pertinente aos Conselhos Penitenciários Estaduais, compostos dos seguintes Professores: ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e NEGI CALIXTO. 4) Pelo Ofício-CNPP nº 30/80, foi solicitado ao Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, o obséquio de contactar com o Grupo Formação e Treinamento de Pessoal Penitenciário a fim de examinar e emitir Parecer sobre: Ensino Supletivo - proposto pela Fundação Roberto Marinho - Organização e Programas de Cursos da Escola de Formação Penitenciária - procedente do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul. 5) Foi baixada pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, a Portaria nº 1.047, de 27.11.80, designando comissão para proceder a Revisão Parcial do Código Penal, são integrantes da mencionada comissão, os doutores: FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, MIGUEL REALE JÚNIOR, HÉLIO FONSECA e RICARDO ANTUNES ANDREUCCI. 6) Designação do Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, para representar o CNPP junto à Secretaria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - Departamento do Sistema Penitenciário, quando do encerramento do Curso de Pós-Graduação e Criminologia daquele Estado. 7) Elaboração do Calendário do CNPP para 1981. Além das providências adotadas pelo CNPP no período acima referido, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes recebidos: a) Ofício nº 1.473, de 15.10.80 - DEPEN - encaminhando exposição acerca de prioridades no Setor de administração penitenciária. b) Ofício procedente da Secretaria de Planejamento deste Ministério, encaminhando documentos dos Governos Japones e Alemão, propondo cooperação técnica a assuntos per-

tinentes aos objetivos deste Colegiado. Referidos documentos foram encaminhados à Comissão encarregada da elaboração do Planejamento de trabalho do CNPP, para a competente apreciação e aproveitamento. A ORDEM DO DIA versou sobre os seguintes e variados assuntos: a) "Contribuição ao Estudo da Política Penitenciária em Relação ao Preso Idoso" apresentada pelo Senhor Conselheiro HEBER SOARES VARGAS, em doze laudas, assim resumidas: "O autor analisa o envelhecimento e suas repercussões sócio-criminais quando o número de pessoas idosas alcançar uma alta incidência no grupo populacional. Procura mostrar que, a criminalidade geriátrica não é mais desprezível e não pode ser negligenciada pelas autoridades de defesa social. Analiza, ainda, o comportamento do preso idoso na penitenciária, assim como, mostra as falhas da política penitenciária em geral e a inexistência dessa política em relação ao idoso. Finalmente, apresenta sugestões que poderiam ser colocadas em prática, a curto prazo". b) Em seguida a palavra foi cedida ao Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, que em breve relato demonstrou o tema: "O Direito Penal como Justo", apresentado na Conferência de encerramento do Curso de Pós-Graduação em Criminologia da Secretaria da Justiça de Mato Grosso do Sul, em 28 de novembro de 1980, quando concluiu através de dez laudas que: "O justo no Direito Penal se desatualizou pela inadequação da teoria e da prática no estudo do crime e da pena que pedem uma revisão. Só dessa forma a disciplina criminal se guiará pelo justo, revigorando no relativo do espaço e do tempo". c) Após a apresentação destes trabalhos o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, relator do Programa Nacional de Formação e Treinamento de Pessoal Penitenciário que, considerando as sugestões críticas apresentadas em outras reuniões, deu o Programa por concluído, em cento e trinta e uma laudas, o qual prevê a realização dos seguintes cursos: 1) Cursos de Formação (Nível Técnico), destinados a formar agentes de segurança, monitores e profissionais de atividades correlatas; 2) Cursos de Treinamento (Nível Técnico-científico) destinados a treinar profissionais liberais e outros de atividades correlatas no exercício de suas funções penitenciárias; 3) Curso de Aperfeiçoamento (Nível Diretivo), destinado a aperfeiçoar dirigentes de instituições ou órgãos penitenciários, incluindo, como convidados especiais, Juizes de execuções penais, em uníssono com a política penitenciária nacional. O referido Programa foi distribuído a todo plenário que o aprovou por unanimidade, devendo o mesmo ser brevemente implementado. Prosseguindo a Sessão o Senhor Presidente colocou em apreciação os Planejamentos de Trabalho do CNPP para 1981, havendo merecido destaque os trabalhos dos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA que enfatizou não ser suficiente a planificação da política penitenciária, como estratégia da violência e da criminalidade. Impõe-se a planificação da Política de Defesa Social. Citou os objetivos da ONU, traçou paralelo entre a missão desenvolvida pela Comissão Peyrefitte e o Ministério da Justiça, ressaltou o aproveitamento das conclusões dos Grupos de Trabalho dos Cientistas Sociais no Ministério da Justiça e concluiu sugerindo: a) implantação de centros de observação, como unidade autônoma, com equipe interdisciplinar de pessoal especializado e a necessária infra-estrutura material administrativa; b) instalação de comissão de classificação e tratamento nos estabelecimentos fechados e semi-abertos, com a equipe interdisciplinar de tratamento; c) adoção de pessoal especializado e equipamento nos serviços de semi-liberdade e pós-institucional; d) contribuição na instalação da equipe interdisciplinar e serviço social penitenciário nas Varas das Execuções penais; e) construção nas cidades-polo das zonas populosas e de maior criminalidade, em cada Estado, de estabelecimentos semi-abertos e abertos, com o pessoal especializado e serviços de semi-liberdade e de cuidados pós-institucionais; f) desafetação da instituição fechada e